

NPI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022

NPI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do passivo a descoberto

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e Acionistas da
NPI S.A. - Em Recuperação Judicial
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da NPI S.A. - Em Recuperação Judicial ("NPISA" ou "Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da NPI S.A. - Em Recuperação Judicial em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

A Companhia apresenta em suas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022, prejuízo nas operações no montante de R\$ 548.861 mil (R\$ 167.284 mil em 2021), passivo a descoberto no montante de R\$ 3.713.304 mil (R\$ 3.654.687 mil em 2021) e capital circulante líquido negativo em montante de R\$ 212 mil (R\$ 170 mil em 2021). Essas demonstrações foram preparadas no pressuposto da continuidade normal do negócio, considerando o sucesso na implementação da estratégia de estabilização financeira, com foco na melhora de liquidez através da renegociação das dívidas no âmbito da Recuperação Judicial da Companhia e determinadas controladas. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, cujos valores são apresentados para fins comparativos, foram por nós auditadas e sobre elas emitimos relatório, datado de 15 de junho de 2022, contendo abstenção de opinião devido às incertezas significativas relacionadas a eventuais efeitos dos processos de recuperação judicial, visto que até o momento da emissão do relatório o plano de recuperação judicial da controlada direta NPI não havia sido aprovado em Assembleia Geral de Credores.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de maio de 2023.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

André Silva Moura
Contador CRC 1 SP 300564/O-7

Índice

Balanço patrimonial	7
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações do passivo a descoberto	10
Demonstração dos fluxos de caixa	11
1. Contexto operacional	12
2. Políticas contábeis.....	15
3. Gestão de risco financeiro	17
4. Instrumentos financeiros por categoria	17
5. Sociedade do Grupo Novonor	18
6. Provisão para perda em investimentos.....	19
7. Passivo a descoberto	21
8. Prejuízo por ação.....	22
9. Denúncias de irregularidades e acordo global com as autoridades.....	22
10. Passivos contingentes	24
11. Eventos subsequentes	24

NPI S.A. – Em Recuperação Judicial

Balanço patrimonial em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	<u>Notas</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>		<u>Notas</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Ativo				Passivo e passivo a descoberto			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		<u>1</u>	<u>3</u>	Fornecedores		<u>213</u>	<u>173</u>
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Sociedades do Grupo Novonor	5	1.288	36.129
Sociedades do Grupo Novonor	5	<u>22.698</u>	<u>18.747</u>	Provisão para perdas em investimentos	6 (a)	<u>3.734.502</u>	<u>3.637.135</u>
						<u>3.735.790</u>	<u>3.673.264</u>
				Passivo a descoberto	7		
				Capital social		4.057.085	4.018.149
				Ajuste de avaliação patrimonial		1.241.870	790.562
				Prejuízos acumulados		<u>(9.012.259)</u>	<u>(8.463.398)</u>
						<u>(3.713.304)</u>	<u>(3.654.687)</u>
Total do ativo		<u>22.699</u>	<u>18.750</u>	Total do passivo e passivo a descoberto		<u>22.699</u>	<u>18.750</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NPI S.A. – Em Recuperação Judicial

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Notas</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas		(186)	(164)
Resultado de participações societárias			
Provisão para perda de investimentos	6 (a)	<u>(548.675)</u>	<u>(167.120)</u>
Prejuízo do exercício		<u>(548.861)</u>	<u>(167.284)</u>
Prejuízo por unidade de ações atribuível aos acionistas da Companhia no final do exercício (expresso em R\$ por ação)	8	<u>(0,12)</u>	<u>(0,04)</u>

NPI S.A. – Em Recuperação Judicial

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	<u>Notas</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Prejuízo do exercício		(548.861)	(167.284)
Outros resultados abrangentes			
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado:			
Outros ajustes de avaliação patrimonial de investidas	7 (b)	5.119	(4.044)
Variação cambial de investidas no exterior	7 (b)	426.038	(162.279)
Total do resultado abrangente do exercício		<u>(117.704)</u>	<u>(333.607)</u>

NPI S.A. – Em Recuperação Judicial

Demonstração das mutações do passivo a descoberto Em milhares de reais

	Notas	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total do passivo a descoberto
Em 31 de dezembro de 2020		4.018.149	956.885	(8.341.064)	(3.366.030)
Resultado abrangente:					
Prejuízo do exercício				(167.284)	(167.284)
Outros resultados abrangentes do exercício	7 (b)		(166.323)		(166.323)
Transações de capital com os sócios:					
Efeito de ganho e perda na participação em investidas	7 (b)			44.950	44.950
Em 31 de dezembro de 2021		<u>4.018.149</u>	<u>790.562</u>	<u>(8.463.398)</u>	<u>(3.654.687)</u>
Resultado abrangente:					
Prejuízo do exercício				(548.861)	(548.861)
Outros resultados abrangentes do exercício	7 (b)		431.157		431.157
Transações de capital com os sócios:					
Aumento de capital	7 (a)	38.936			38.936
Efeito de ganho e perda na participação em investidas	6 (b)		20.151		20.151
Em 31 de dezembro de 2022		<u>4.057.085</u>	<u>1.241.870</u>	<u>(9.012.259)</u>	<u>(3.713.304)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NPI S.A. – Em Recuperação Judicial

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Notas	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(548.861)	(167.284)
Ajustes:			
Provisão para perda de investimentos	6 (b)	548.675	167.120
		(186)	(164)
Variações nos ativos e passivos:			
Fornecedores		40	8
Outros passivos			(1)
Caixa líquido aplicados nas operações		(146)	(157)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Adiantamento para futuro aumento de capital	5	(3.951)	(2.673)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(3.951)	(2.673)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Adiantamento para futuro aumento de capital	5	4.095	2.833
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos		4.095	2.833
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(2)	3
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		3	
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		1	3

NPI S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional

A NPI S.A. – Em recuperação Judicial (“NPISA” ou “Companhia”), anteriormente denominada NPI S.A. – Em Recuperação Judicial, com sede em São Paulo, foi constituída em 3 de setembro de 2012, tendo por objeto social (i) a exploração, direta ou indireta, dos negócios de concessões de obras e serviços públicos, designadamente no âmbito das rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, energia, saneamento básico, tratamento e abastecimento de água, esgotamento sanitário, arenas multiuso, além de outras atividades relacionadas a infraestrutura, serviços públicos, meio ambiente e entretenimento; (ii) a prestação de serviços de assessoria técnica relacionados aos negócios indicados no item acima; (iii) o exercício de atividades conexas ou relacionadas, direta ou indiretamente, com o objeto social, inclusive importação e exportação; (iv) a participação no capital social de outras sociedades empresárias, personificadas ou não, na qualidade de sócia ou acionista; e (v) a intermediação e comercialização das propriedades de mídia dos negócios.

A Companhia é uma entidade de capital fechado, controlada pela Novonor S.A. – Em Recuperação Judicial (“Novonor”) e parte integrante do Grupo Novonor (“Grupo”). A Companhia é controladora da Novonor Participações e Investimentos S.A. – Em Recuperação Judicial (“NPI”) e possui participação minoritária na CNO S.A. (“CNO”).

(i) NPI

A controlada direta NPI é uma entidade de capital fechado e parte integrante do Grupo com sede legal e sede administrativa na cidade de São Paulo. Tem como objeto social a exploração, no Brasil ou no exterior, direta ou indireta, dos negócios de concessões de obras e serviços públicos no âmbito das rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, arenas, energia, saneamento básico, tratamento e abastecimento de água, esgotamento sanitário, além de outras atividades relacionadas à infraestrutura, serviços públicos e meio ambiente; a prestação de serviços de assessoria técnica relacionados aos negócios mencionados anteriormente; o exercício de atividades conexas ou relacionadas, direta ou indiretamente, com o objeto social, inclusive importação e exportação; a intermediação e comercialização das propriedades de mídia desses negócios; e a participação no capital social de outras sociedades empresariais. As principais operações da controlada NPI são (Nota 6):

Concessão de rodovias

Concessionária Interoceânica Sur-tramo 2 S.A. (“IIRSA 2”) e Concessionária Interoceânica Sur-tramo 3 S.A. (“IIRSA 3”), atuam na exploração da concessão para construção, conservação, operação e manutenção de 656 km de estradas que conectam a serra de Cusco no Peru à fronteira do Brasil no Estado do Acre.

Concessionária Interoceânica Norte S.A. (“IIRSA Norte”) atua na exploração para a construção, conservação, operação e manutenção de 955 km de estradas que cruzam o norte peruano de oeste para leste, ligando o porto marítimo de Paita à Cidade de Yurimaguas.

Irrigação

Concessionária Trasvase Olmos S.A. (“OLMOS”) atua na exploração da concessão para construção, operação e manutenção das obras relacionadas à transposição de águas do projeto OLMOS no Peru.

H2Olmos S.A. (“H2Olmos”) atua na construção, operação e manutenção das obras do Projeto de Irrigação OLMOS.

NPI S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Energia

Odebrecht Latin Finance S.à r.l. (“OLF”) tem como objetivo social participar em outras sociedades ou companhias em Luxemburgo ou demais países que explorem negócios de geração e comercialização de energia elétrica. Através da OLF, a Companhia investe nas seguintes empresas:

- Odebrecht Energía del Perú S.A. (“OEP”)
- AC Energía S.A. (“AC Energía”)
- Marañon Energía S.A. (“Marañon”)

Empreendimentos imobiliários

A Bairro Novo Empreendimentos Imobiliários S.A. (“Bairro Novo”) tem como foco principal o segmento popular no setor imobiliário. Seu objeto social compreende principalmente a construção de moradias populares no Brasil.

(ii) CNO

A CNO é uma entidade de capital fechado e parte integrante do Grupo, tem sua sede legal no Rio de Janeiro e sua sede administrativa em São Paulo. Tem por objeto social, principalmente, o planejamento e a execução de projetos e obras de engenharia em todos os seus ramos e especialidades, sob regime de empreitada, administração ou outros admitidos; instalações técnicas de engenharia civil, montagens industriais, consultoria, planejamento, assessoria e estudos técnicos; a prestação de serviços administrativos ou técnicos; a participação em outras sociedades, visando maior desenvolvimento, solidez e rentabilidade e a prática de outras atividades econômicas conexas, inclusive as de importação e exportação, locação e compra e venda de equipamentos e transportes (Nota 6).

(a) Recuperação judicial

Em 17 de junho de 2019, a Companhia, juntamente com sua controladora direta Novonor, as controladoras indiretas ODBINV S.A – Em Recuperação Judicial (“ODBINV”), Kieppe Participações e Administração Ltda (“Kieppe”), sua controlada direta NPI, bem como outras 15 empresas do Grupo Novonor, ajuizaram pedido de recuperação judicial (“RJ”) perante a 1ª Vara de Falência e Recuperação Judicial da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, nos termos da Lei nº 11.101/05 (“Juízo da RJ”).

A Assembleia Geral de Credores (“AGC”) de 22 de abril de 2020 deliberou a respeito da consolidação substancial para a controladora direta Novonor, as controladoras indiretas ODBINV e Kieppe e para outras 3 empresas do Grupo Novonor e, os credores da Companhia e outras 5 empresas deliberaram pela não consolidação substancial. Na sequência, o plano de recuperação judicial consolidado (“Plano Consolidado”) foi aprovado com quórum superior a 80% na Classe 3 e de 100% nas demais classes e os planos de recuperação individual de cada Recuperanda não consolidada foram aprovados por 100% dos respectivos credores presentes na AGC.

Em 3 de agosto de 2020 o Plano Consolidado foi homologado, com modificação de determinadas cláusulas. Os planos individuais aprovados na mesma data também foram homologados pelo juízo da recuperação judicial.

Ao longo dos anos 2020, 2021 e 2022 todas as outras 8 empresas do Grupo Novonor tiveram seus planos aprovados e homologados, incluindo a controlada NPI que teve seu plano aprovado e homologado em 25 de julho de 2022 e 19 de agosto de 2022, respectivamente.

NPI S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Efeitos do plano aprovado da controlada NPI

Em cumprimento ao CPC 48 “Instrumentos Financeiros”, os passivos reestruturados no âmbito do Plano, cuja modificação em relação aos contratos originais foi substancial, foram desreconhecidos e novos passivos foram reconhecidos ao valor justo, pela metodologia do fluxo de caixa descontado, a taxa de desconto utilizada foi de 14,8% para o plano homologado no exercício findos em 31 de dezembro de 2022 da controlada NPI.

Nos termos do CPC 26 (IAS 1) a Companhia entende que a homologação do Plano é o evento que permite o registro dos efeitos da reestruturação dos seus passivos, portanto, todos os efeitos da reestruturação dos passivos foram registrados.

Os principais impactos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 na controlada NPI foram nas rubricas:

Receita Financeira	R\$ 747.719 (i)
Despesa Financeira	<u>(R\$ 1.203.628) (ii)</u>
Resultado Líquido	(R\$ 455.909)

(i) O reconhecimento dos efeitos do Plano gerou um ganho, decorrente de ajuste a valor justo no resultado da controlada NPI, sendo:

- Debêntures passiva – Ajuste a valor justo R\$ 203.934 e
- Sociedades do grupo Novonor – Ajuste a valor justo R\$ 543.785

(ii) Devido a inclusão dos compromissos de garantias terem sido incluídos no Plano de Recuperação Judicial da Companhia, a NPI reconheceu em sua despesa:

- Provisão para garantias no montante de R\$ 1.203.628.

(b) Performance operacional

A Companhia encerrou o exercício de 31 de dezembro de 2022 com prejuízo de R\$ 548.861 (31 de dezembro de 2021 – R\$ 167.284). O prejuízo do exercício refere-se substancialmente a equivalência patrimonial da controlada NPI e da coligada CNO.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apresentou passivo a descoberto no montante de R\$ 3.713.304 (31 de dezembro de 2021 – R\$ 3.654.687). Adicionalmente, a Companhia apresentou excesso de passivo circulante em relação ao ativo circulante no montante de R\$ 212 (2021 – R\$ 170), devido a rubrica de contas a pagar a fornecedores. A Administração da Companhia vem implementando uma estratégia com foco na liquidez da Companhia, através da renegociação das dívidas no âmbito da Recuperação Judicial.

(c) Autorização para emissão das Demonstrações Financeiras

As presentes demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 26 de maio de 2023.

NPI S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1.1. Principais movimentações societárias em 2022

Alienação das debêntures ativa e das participações societárias na Arena Itaquera S.A. e FII Arena

Em 25 de julho de 2022, a controladora Novonor juntamente com a controlada direta NPI, a Caixa Econômica Federal (“CEF”), Arena Itaquera S.A., Jequitibá Patrimonial S.A., FII Arena e Sport Club Corinthians Paulista (“SCCP”), firmaram acordo de alienação dos seguintes ativos da controlada indireta NPI: (i) participação societária no capital social da Arena Itaquera correspondente ao percentual de 11%; (ii) participação societária na FII Arena representada por 1.000 (mil) cotas mezaninos; e (iii) alienação das debêntures ativa para o SCCP. As alienações de ativos ocorreram a valores simbólicos e correspondem a negociação com a CEF no âmbito da recuperação judicial da controladora Novonor e da controlada direta NPI. As alienações dos ativos geraram uma perda no montante de R\$ 786.444, representada principalmente pela alienação das debêntures ativa, negociada por R\$ 0,50 (cinquenta centavos).

Aquisição de participação societária e instrumentos financeiro da ODB E&P GMBH (Em liquidação judicial)

No âmbito do processo de liquidação judicial da ODB E&P GMBH, em novembro de 2022, a controlada indireta OLI LUX adquiriu participação acionária no percentual de 71,40% da empresa OLPSAC, no mesmo período a controlada indireta OLI LUX também adquiriu por U\$ 1,00 (um dólar) instrumentos financeiros na modalidade de Mútuo.

Ambas as aquisições foram feitas da ODB E&P GMBH, que devido ao processo de liquidação judicial iniciado em 2019 deixou de ser parte do Grupo Novonor e conseqüentemente deixou de ser controlada pela Companhia. A aquisição da participação societária da empresa OLPSAC gerou um ganho no montante de R\$ 911.778, a aquisição dos instrumentos financeiros (Mútuos) gerou um ganho no montante integral dos instrumentos adquiridos no montante de R\$ 724.985. Em 2019 a controlada direta NPI reconheceu perdas no montante de R\$ 1.493.414 devido da perda de controle na ODB E&P GMBH.

2. Políticas contábeis

As políticas contábeis da companhia estão consistentes com as adotadas e divulgadas no exercício anterior. As políticas contábeis da Companhia estão consistentes com as adotadas e divulgadas no exercício anterior, exceto por aquelas normas apresentadas na Nota 2.1 (b) Novas normas e pronunciamentos adotados no exercício corrente.

Para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras, as políticas contábeis significativas são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e referendados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As Demonstrações financeiras individuais não estão sendo divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas, conforme permitido pelo CPC 36- Demonstrações Consolidadas.

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo.

NPI S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A preparação de demonstrações financeiras individuais requer o uso de certas estimativas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia e suas controladas no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão divulgadas na Nota 3.

(a) Novas normas e interpretações adotadas no exercício corrente

As seguintes normas passaram a ser efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022:

- Contratos Onerosos: custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37).
- Revisão anual das normas IFRS 2018-2020.
- Imobilizado: receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16).
- Referência à Estrutura Conceitual (alterações ao CPC 15(R1)/IFRS 3)

As alterações descritas acima não causaram efeitos materiais nas demonstrações financeiras da Companhia.

(b) Novas normas e interpretações ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas já emitidas, mas não em vigor até a data de emissão destas demonstrações financeiras, estão descritas a seguir. A Companhia e suas controladas não adotaram essas normas antecipadamente na preparação destas demonstrações financeiras. Não se espera que as novas ou alteradas normas tenham impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (alterações ao CPC 26(R1)/IAS 1).
- Definição de estimativas contábeis (alteração no CPC 23/IAS 8).
- Definição de materialidade para a divulgação de políticas contábeis (alterações ao CPC 26(R1)/IAS 1 e IFRS *Practice Statement 2*).
- Impostos diferidos relacionados a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12).
- Contratos de seguro (CPC 50 / IFRS 17).

A Administração da Companhia e suas controladas estão em processo de avaliação dos pronunciamentos, alterações e interpretações das normas contábeis descritas acima e não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

2.2 Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas, controladas em conjunto e coligadas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC e referendadas pelo CFC. Os ajustes feitos nas demonstrações financeiras individuais são igualmente feitos nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuíveis aos acionistas da controladora.

2.3 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

NPI S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nas quais os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

3. Gestão de risco financeiro

Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, que são monitorados constantemente pela área de tesouraria da empresa.

4. Instrumentos financeiros por categoria

		Custo amortizado	
	Notas	2022	2021
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa		<u>1</u>	<u>3</u>
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Fornecedores		213	173
Sociedades do Grupo Novonor (i)	5	<u>1</u>	<u>1</u>
		<u>214</u>	<u>174</u>

(i) Os saldos de sociedades do grupo Novonor não incluem os montantes referentes a adiantamento para aumento de capital (Nota 5), por não se enquadrarem nos critérios de instrumentos financeiros.

Política contábil

Ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo e são incluídos como ativo e passivo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses contados a partir da data do balanço (estes são classificados como ativo não circulante).

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação (data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo).

NPI S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os investimentos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são contabilizados inicialmente pelo seu valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

5. Sociedade do Grupo Novonor

O saldo está composto por:

Ativo:

Empresa	Natureza	Movimentação			Composição		
		Saldo inicial	Adições	Saldo Final	Valor Bruto	AVJ	Saldo Final
Novonor (i)	Outras contas a receber				2.470	(2.470)	
NPI (ii)	AFAC	18.747	3.951	22.698	22.698		22.698
Saldo no final do exercício		18.747	3.951	22.698	25.168	(2.470)	22.698

- (i) Contas a receber com a Novonor decorrente de cessão crédito no montante de R\$ 2.470. Em 2019, devido a homologação do plano de recuperação judicial da controladora Novonor a Companhia refletiu o mesmo efeito do ajuste a valor justo (AVJ) reconhecido por esta.
- (ii) Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de R\$ 22.698 (2021 – R\$ 18.747) refere-se à AFAC enviado à controlada NPI para posterior aumento de capital. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia remeteu à NPI o montante de R\$ 3.951 (2021 – R\$ 2.673). As capitalizações de AFAC ficaram suspensas em decorrência do processo de aprovação e homologação do Plano de Recuperação Judicial da NPI e deverão ocorrer a partir de 2023.

Passivo

Empresa	Natureza	Movimentação			Composição			
		Saldo inicial	Adições	Integralização capital	Saldo Final	Valor Bruto	AVJ	Saldo Final
NVNIC (i)	Mútuos	1			1	9.914	(9.913)	1
Novonor (ii)	AFAC	36.128	4.095	(38.936)	1.287	1.287		1.287
Saldo no final do exercício		36.129	4.095	(38.936)	1.288	11.201	(9.913)	1.288

- (i) Em 31 de dezembro de 2022, o montante de R\$ 9.914 (2021 - R\$ 10.602) refere-se a contrato de mútuo com a NVN International Corporation (“NVNIC”) sem incidência de encargos. Em decorrência do Plano de Recuperação Judicial (nota 1 (a)), o pagamento do saldo está subordinado aos demais credores, razão pela qual está sendo apresentado no passivo não circulante e mensurado ao valor justo.

NPI S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) No passivo não circulante, o montante em 2022 – R\$1.287 (2021 – R\$ 36.128) refere-se à adiantamento para futuro aumento de capital (“AFAC”), representado pelos recursos recebidos dos acionistas para posterior aumento de capital. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia recebeu o montante de R\$ 4.095 (2021 – R\$ 2.833) da Controladora Novonor e integralizou o montante de R\$38.936 como aumento de capital. Os AFACs são registrados ao custo, sem acréscimo de encargos financeiros.

Política contábil

Os principais saldos mantidos com as Sociedades do Grupo estão regidos por instrumentos contratuais firmados entre as empresas do Grupo. A natureza das operações é de repasses de recursos, mútuos, adiantamento para futuro aumento de capital, cessões de créditos e assunções de obrigações.

O AFAC refere-se a recursos recebidos da controladora (passivo) ou enviados às investidas (ativos), para posterior integralização de capital. O AFAC é registrado ao custo, sem acréscimo de encargos financeiros.

Os demais saldos com as Sociedades do Grupo são ativos ou passivos financeiros, e podem ou não ser remunerados, sendo mensurados ao custo amortizado.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Valor Justo

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher dentre os diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. A Companhia utilizou o Nível 3 para determinação do ajuste a valor justo de Sociedades do Grupo Novonor decorrente da homologação do Plano de Recuperação Judicial.

6. Provisão para perda em investimentos

	NPI		CNO	
	2022	2021	2022	2021
Participação direta (%)	100	100	2,29	2,94
Passivo a descoberto	(3.642.527)	(3.517.188)	(4.017.198)	(4.856.131)
Prejuízo do exercício	(559.853)	(94.255)	460.517	(2.824.629)

(a) Movimentação de provisão para perda em investimentos

		Provisão para perda de investimento	
	Notas	2022	2021
Saldo no início do exercício		3.637.135	3.348.642
Provisão para perda de investimentos (i)		548.675	167.120
Ajuste de avaliação patrimonial	7 (b)	(431.157)	166.323
Ganho / perda participação	6 (b)	(20.151)	(44.950)
Saldo final do exercício		3.734.502	3.637.135

- (i) Em 2022 e 2021, os efeitos refletem principalmente os resultados de participações societárias e resultado com operações descontinuadas da controlada NPI.

NPI S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Informações sobre as investidas

Coligada CNO

Em agosto de 2022, foi aprovado aumento de capital social da investida CNO, no montante de R\$ 353.087.961,20 mediante a emissão de 33.820.686 ações, totalmente integralizadas pela acionista OEC S.A. A Companhia renunciou expressamente ao direito de preferência na subscrição, desta forma a participação na investida CNO foi reduzida de 2,47% para 2,34%.

Em dezembro de 2022, foi aprovado aumento de capital social da investida CNO, no montante de R\$ 159.230.884,60 mediante a emissão de 49.072.686 ações, totalmente integralizadas pela acionista OEC S.A. A Companhia renunciou expressamente ao direito de preferência na subscrição, desta forma a participação na investida CNO foi reduzida de 2,34% para 2,29%.

Controlada NPI

Em 31 de dezembro de 2022, a controlada direta NPI apresenta os seguintes principais investimentos indiretos classificados como Ativos não circulante mantidos para venda e Operações descontinuadas, estes investimentos estão sendo mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos a despesa de venda:

GSP - A controlada direta NPI detém de forma indireta, 51,64% na coligada GSP via participações em OLI Lux, OLI ÁUSTRIA e IITD, respectivamente.

Em 21 de janeiro de 2020, a OLI Lux iniciou uma arbitragem contra o Estado Peruano perante o International Centre for Settlement of Investment Disputes - ICSID buscando recuperar as perdas decorrentes da terminação unilateral pelo Estado Peruano do contrato de concessão do GSP e pela violação do Tratado Bilateral de Promoção e Proteção Recíproca de Investimentos. Através dessa arbitragem a OLI Lux pretende recuperar investimento realizado no Projeto GSP no valor estimado de US\$ 1,2 bilhão.

Em agosto de 2020, a Administração da IITD, levando em consideração o cenário incerto do processo de arbitragem, optou conservadoramente pela provisão de "*impairment*" no investimento GSP no valor US\$ 283 milhões, equivalentes a naquela data a R\$ 1.547.756, registrado como perda no resultado do mês.

OLI Colômbia – Em 4 de agosto de 2021, como consequência dos capitais próprios negativos, a OLI Colômbia foi notificada pela Superintendência das Sociedades ("SS") colombianas da abertura do procedimento de Liquidação Judicial Simplificado. Como consequência a OLI Colômbia entrou em estado de liquidação, que implica, entre outros, a limitação de realizar atos fora do âmbito estritamente necessário para a manutenção da companhia, a destituição dos atuais diretores e a nomeação pela SS de um liquidador.

FIP - A controlada direta NPI detinha participação de 37,51% na coligada Linha 6 – Fundo de Investimento Multiestratégia - FIP, representado por investimento no valor de R\$ 21.773.

Em junho de 2013, a Move SP e o Governo do Estado de São Paulo ("Poder concedente") firmaram contrato de concessão patrocinada de prestação de serviços públicos de transportes de passageiros da Linha 6 – Laranja do Metrô de São Paulo ("Linha 6"). As obras foram paralisadas em setembro de 2016 pelo Poder Concedente.

Em março de 2018, a administradora e gestora do FIP renunciou aos seus serviços, o que levou os Cotistas a decidirem pela sua liquidação, tornando-os acionistas diretos na Move SP. Com isso, a controlada direta NPI registrou perda por não recuperabilidade no investimento no valor de R\$ 21.773.

Em dezembro de 2018, o Poder Concedente decretou a caducidade do Contrato de Concessão com eficácia até 19 de agosto de 2019, sob a alegação de que a Move SP havia descumprido diversas obrigações, dentre elas, a paralisação das obras.

NPI S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em novembro de 2019, a Move SP assinou junto com a empresa Acciona Construcción S.A. um documento de intenção de venda do contrato de construção do Metrô Linha 6. O processo segue em discussão entre as partes.

A controlada direta NPI manteve a provisão por não recuperabilidade na Move SP até que ocorra o desfecho do processo de venda.

Chavimochic - Em 31 de dezembro de 2022, a participação da controlada NPI na coligada Chavimochic é de 53,50%. Devido aos desdobramentos mencionados anteriormente, a controlada NPI reclassificou contabilmente sua participação na Chavimochic para a rubrica de "Investimentos", calculando os efeitos de equivalência patrimonial desde o momento em que o ativo havia sido classificado como "Mantido para Venda".

CEC - Em dezembro de 2020, a controlada indireta ODBEP avaliou a baixa possibilidade de recuperação no investimento CEC e efetuou provisão para perda de valor recuperável no valor de R\$ 135.310 – US\$ 26 milhões.

Política contábil

Os investimentos em controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da Companhia.

No caso de variação cambial de investimento em controladas no exterior, as variações no valor do investimento, decorrentes exclusivamente de variação cambial, são apresentados na conta "Ajuste de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido da Companhia.

Quando necessário, as práticas contábeis das investidas são alteradas para garantir consistência com as práticas adotadas pela Companhia.

7. Passivo a descoberto

(a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 4.057.085 (2021 - R\$ 4.018.149), subscrito e integralizado por pessoas jurídicas nacionais, representado por 7.780.132.096 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal (Em 31 de dezembro 2021 – 3.886.568.435).

Em 31 de outubro de 2022 a Companhia aumentou o capital social no montante de R\$ 38.936 mediante emissão de 3893.563.662 ações através integralização de AFAC da controladora Novonor.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social e a composição acionária estão representadas conforme a seguir:

Acionistas	2022			2021		
	Capital	Ações nominativas	Participação (%)	Capital	Ações nominativas	Participação (%)
Novonor	4.057.085	7.780.132.096	100	4.018.149	3.886.568.434	100
ODBINV		1			1	
	<u>4.057.085</u>	<u>7.780.132.097</u>	<u>100</u>	<u>4.018.149</u>	<u>3.886.568.435</u>	<u>100</u>

NPI S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se aos valores que, já pertencentes ao patrimônio líquido, não transitaram pelo resultado do período. O impacto destes valores no resultado do período ocorrerá quando da sua efetiva realização. A variação em 31 de dezembro é composta por:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Saldo no início do exercício	790.562	956.885
Variação cambial de investidas no exterior (i)	426.038	(162.279)
Outros ajustes de avaliação patrimonial de investidas	5.119	
Efeito de ganho e perda na participação em investidas	<u>20.151</u>	<u>(4.044)</u>
Saldo no final do exercício	<u>1.241.870</u>	<u>790.562</u>

(i) Refere-se substancialmente, a conversão dos saldos das investidas indiretas no exterior para a moeda funcional da Companhia, sendo os principais saldos decorrentes dos investimentos em OLI LUX e OLF.

8. Prejuízo por ação

O prejuízo por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da sociedade pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Operações continuadas		
Prejuízo do exercício	(548.861)	(167.284)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em lote de mil	<u>4.537.273</u>	<u>3.886.568</u>
Prejuízo por unidade de ações (em R\$)	<u>(0,12)</u>	<u>(0,04)</u>

9. Denúncias de irregularidades e acordo global com as autoridades

Acordo Global da Novonor com as autoridades

Acordo Global com as autoridades

Em 1º de dezembro de 2016, a Novonor, na qualidade de controladora das empresas pertencentes ao seu grupo econômico, firmou o Acordo Global com o Ministério Público Federal (MPF), autoridades dos EUA e Suíça, responsabilizando-se por todos os atos ilícitos que integram o objeto do referido acordo, praticados em benefício dessas empresas, com exceção da controlada indireta Braskem (mencionada em subitem deste item).

Neste acordo a Novonor, na qualidade de controladora, se compromete a pagar, diretamente ou por intermédio de outras empresas de seu grupo econômico, o valor global equivalente a R\$ 3.828 milhões, em 23 (vinte e três) anos. O racional do referido Acordo de Leniência é o reconhecimento de ilícitos e reparação dos danos causados, bem como a colaboração junto ao MPF e demais autoridades no tocante às investigações, buscando ainda o Grupo Novonor a preservação e continuidade de suas atividades, a retomada de contratação com entes públicos e ainda o recebimento de recursos de bancos e entidades públicas, no Brasil e no exterior.

NPI S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Cabe ainda ressaltar que, em razão do mencionado Acordo de Leniência, o MPF se comprometeu a não propor ações de natureza cível e medidas adicionais para ressarcimento de valores em decorrência das denúncias objeto do Acordo, não aplicar sanções de improbidade administrativa, bem como empreender gestão junto aos órgãos públicos, empresas públicas e empresas públicas de economia mista para que retirem quaisquer restrições cadastrais da Novonor e de suas controladas.

Ainda em cumprimento aos termos do Acordo de Leniência, a Novonor vem negociando a adesão de entes do Ministério Público, de municípios e de estados ao Acordo de Leniência com o MPF e/ou acordos de leniência individuais. Do valor total global do Acordo supramencionado, serão deduzidos os valores das indenizações aos entes lesados (estados e municípios). No entanto, é importante ressaltar que os entes possuem autonomia funcional e poderão discordar dos valores a eles atribuídos para a celebração dos acordos.

Em 9 de julho de 2018, a Novonor, na qualidade de controladora das empresas pertencentes ao seu grupo econômico, celebrou Acordo de Leniência com a Advocacia Geral da União (“AGU”) e o Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, referendado, de forma unânime, pelo plenário do Tribunal de Contas da União (“TCU”), mediante o qual serão extintas as ações de improbidade e os processos administrativos no âmbito do Executivo Federal Brasileiro e pelo qual se comprometeu a pagar, em 22 (vinte e dois) anos, o valor total de R\$ 2.727 milhões, que deverá ser abatido dos R\$ 3.828 milhões ajustados no Acordo de Leniência firmado com o MPF.

No âmbito de suas operações no exterior, determinadas controladas da Novonor seguem com o propósito de alcançar um entendimento junto às autoridades locais para o fechamento de acordos de colaboração / leniência. Além do Acordo Global, firmado com as autoridades americanas, suíças e brasileiras, até o presente momento já há acordos firmados com a República Dominicana, Equador, Panamá, Guatemala e Peru.

No dia 24 de janeiro de 2022, foi celebrado entre, de um lado, a controladora Novonor e a CNO S.A. e, de outro lado, a Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro e Controladoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, um Acordo de Leniência, no qual a controladora Novonor e a CNO são coobrigadas ao pagamento no valor de aproximadamente R\$ 330 milhões no prazo de 22 (vinte e dois) anos, que será deduzido dos R\$ 3.828 milhões do Acordo celebrado com o MPF, sendo a diferença paga no último ano.

A controladora Novonor reafirma continuamente seu compromisso de atuar com ética, integridade e transparência, consistente com as melhores práticas mundiais de governança e com as leis, normas e regulamentos aplicáveis, bem como com as políticas do Grupo. Neste sentido, a controladora Novonor investe continuamente em iniciativas que fortalecem a Governança e Conformidade, apresentando os seguintes resultados:

(i) Governança:

- Conselhos de Administração em todas as empresas relevantes do Grupo;
- Comitês de Conformidade;
- Conselheiros Independentes;
- *Chief Compliance Officer* - CCO em todas as empresas relevantes do Grupo;
- Comitê Integrado de Conformidade, formado pelos CCOs de cada Negócio, visando garantir a prática consistente do Sistema de Conformidade em todo Grupo.

(ii) Conformidade:

- Política sobre Conformidade com Atuação Ética, Íntegra e Transparente aprovada pelo Conselho de Administração da controladora Novonor em 2016, já revisada e desdobrada em 02 (dois) documentos, que substituem a Política até então vigente;
- Política sobre o Sistema de Conformidade; e
- Código de Conduta – Nosso Compromisso com atuação ética, íntegra e transparente.

NPI S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Canal Linha de Ética para recebimento de denúncias: o canal é gerido por empresa especialista e independente, garantindo maior confidencialidade e não retaliação aos denunciantes; disponível para ser acessado por integrantes, clientes e terceiros, 24 horas por dia, 7 dias por semana;
- Comitê de Ética para acompanhar os processos investigativos internos, com calendário de reuniões periódicas;
- Função de Auditoria Interna implantada em todo o Grupo, com reporte funcional do responsável ao respectivo Conselho de Administração, por intermédio do Coordenador do Comitê de Conformidade;
- *Due diligence* de terceiros, com base em riscos;
- Integrantes dedicados: 122 em 31 de dezembro de 2022 (128 em 31 de dezembro de 2021).

(iii) Monitores Independentes:

No âmbito do Acordo Global, a Novonor assumiu compromissos perante as autoridades signatárias do Acordo Global com objetivo de aprimorar o ambiente de controles da controladora Novonor, por meio de monitoramento por 02 (dois) monitores independentes definidos pelas autoridades norte-americanas e brasileiras. Os monitores trabalharam de maneira coordenada, a fim de confirmar que a Novonor e suas controladas cumprem e continuarão cumprindo os compromissos firmados no Acordo Global. Esses monitores reportavam diretamente às autoridades supramencionadas.

Em novembro de 2020, os trabalhos de monitoramento previstos no Acordo Global foram concluídos, com a certificação do Sistema de Conformidade do Grupo Novonor pelo monitor do Departamento de Justiça dos Estados Unidos, atestando que as políticas e procedimentos do Grupo Novonor estão estruturadas e implementadas para prevenir e detectar potenciais violações das leis anticorrupção.

(iv) Ambiente de controles internos:

Trabalhos específicos e direcionados à revisão de processos e implementação de melhorias de controles, incluindo os relacionados às atividades de contratação, pagamentos e registros contábeis e documentais, são conduzidos pela controladora Novonor, no sentido de manutenção de um ambiente de controles adequado, robusto, transparente e continuamente melhorado.

10. Passivos contingentes

A Companhia é parte passiva de ação de natureza tributária, que por ter sido considerada de probabilidade possível de perda, pela Administração e seus consultores jurídicos, não foi provisionada contabilmente. Em 31 de dezembro de 2022 a contingência possível não provisionada é no montante de R\$ 26 e refere-se a processo de Cobrança correspondente à Certidão de Inscrição da Dívida Ativa das anuidades de 2014 a 2017 referente ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo.

11. Eventos subsequentes

Supremo Tribunal Federal (“STF”) muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário nº 955.227.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

NPI S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicos, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

* * *